




Bellinati Perez

Política de Privacidade de Dados	
Código: 01 Versão: 3.2 Criação: 30/09/2020 Revisão: 08/12/2023 Tipo de documento: Público	

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS

1. Informações Gerais - Apresentação

Política de privacidade é um conjunto de termos que descreve as práticas adotadas pela Advocacia Bellinati Perez, em relação às informações dos titulares de dados pessoais – pessoas físicas.

A presente Política de Privacidade se aplica ao tratamento de dados pessoais que a Advocacia Bellinati Perez realiza tanto em meios físicos como digitais. Desta forma contém informações a respeito do modo como tratamos – tanto como operadores quanto controladores de dados pessoais, total ou parcialmente.

Este documento faz parte do programa de conformidade da Advocacia Bellinati Perez à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) e é destinada aos titulares de dados pessoais, às empresas clientes, às empresas parceiras e ao público em geral.

A LGPD é uma lei que perpassa diferentes agentes econômicos no Brasil, do setor privado, público e do terceiro setor, oferecendo as regras e condições para que os dados pessoais possam ser utilizados nas atividades dos agentes de tratamento.

Na condução das suas atividades profissionais a Advocacia Bellinati Perez realiza operações de tratamento de dados pessoais nas quais busca o melhor interesse dos titulares, respeitando os seus direitos e liberdades, podendo ser caracterizada ora como Controladora de Dados Pessoais, ora como Operadora de Dados Pessoais, de acordo com as definições da LGPD, reforçando, em todas as posições que ocupa, o compromisso com o cumprimento das regras de privacidade e proteção de dados pessoais aplicáveis.

O processo de conformidade à LGPD da Advocacia Bellinati Perez é materializado nos documentos integrantes do Sistema de Gerenciamento de Privacidade e Proteção de Dados, que contemplam as medidas técnicas e organizacionais implementadas com o objetivo de gerenciar o ciclo de vida dos dados pessoais objeto de tratamento, cumprir com os requisitos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade dos dados pessoais dos titulares, observar os princípios que norteiam a proteção de dados pessoais, os princípios de privacidade desde a concepção e por padrão (**privacy by design e by default**), gerenciar os riscos à privacidade de dados pessoais e as demandas de titulares de dados, bem como por parte das autoridades governamentais, estabelecer Plano de Resposta à Violações de Dados, promover a educação através da conscientização sobre importância da proteção à privacidade e de dados pessoais, gerenciar compromissos e atribuir responsabilidades por parte de todos os usuários envolvidos nos processos de tratamento que realiza.

Esta política será objeto de permanente monitoramento e revisão buscando a melhoria contínua, de modo a acompanhar não apenas a expansão das atividades da Advocacia Bellinati Perez, de acordo com seus valores, missão e propósito, mas sobretudo para acompanhar as inovações tecnológicas, implantação de novos serviços, desenvolvimento da legislação, medidas regulatórias e normas técnicas envolvendo a proteção de dados pessoais e direitos e liberdades dos titulares.

Ao acessar e utilizar nosso site ou aplicativo e/ou contratar os nossos serviços o titular dos dados pessoais, ou seu representante legal, expressamente declara que leu, compreende e aceita o modo que realizamos a coleta, uso e compartilhamento de seus Dados e informações.

Recomendamos a leitura atenta deste documento e caso não concorde com os termos desta Política, deve abster-se de utilizar nosso site ou aplicativo.

Para informações sobre dados pessoais ou exercício do direito de titular de dados pessoais a Advocacia Bellinati Perez disponibiliza um canal oficial único pelo e-mail dpo@bellinatiperez.com.br.

2. Objetivos com Escopos e Propósitos

A Advocacia Bellinati Perez engajou programas, para um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) e para um Sistema de Gestão de Privacidade da Informação (SGPI) que estão alinhados às normas internacionais ISO/IEC 27001:2013 e ISO/IEC 27701:2019, para garantir que os processos de informações pessoais sejam conduzidos pautados em uma rígida Gestão de Riscos de Segurança e Privacidade e demais boas práticas de governança, de serviços e de dados.

O objetivo desta política é atender aos requisitos legais, regulatórios e contratuais que envolvem a organização BP GESTÃO nos termos da Lei 13.709/2018 (LGPD), observando os direitos dos Titulares de Dados Pessoais (DP).

Objetiva ainda esclarecer aos interessados, acerca dos tipos de dados que são coletados, dos motivos da coleta e da forma como o titular dos dados pessoais poderá atualizar, gerenciar ou excluir estas informações.

Entende-se por dados pessoais, quaisquer dados que permitam que uma pessoa física seja identificada direta ou indiretamente, assim, os dados pessoais não se limitam aos dados de qualificação, como nome, CPF e RG, mas também incluem padrões de comportamento, aquisição de produtos e serviços, dívidas, dados de pesquisa, mensagens enviadas, imagem, voz, biometria, dados genéticos, gostos e preferências e absolutamente qualquer informação que possa, de qualquer modo, ser vinculada a uma pessoa física.

No que se refere ao escopo, esta política aplica-se a toda organização internamente - diretamente aos seus colaboradores contratados ou terceirizados e sócios - bem como às partes externas - como seus Operadores contratados ou subcontratados, parceiros de negócios (terceiros) e de forma a envolver direta ou indiretamente, todos os que tratam em nome da Advocacia Bellinati Perez, inclusive, ela própria, em nome de outros Controladores.

A Advocacia Bellinati Perez possui procedimento específico para identificar a necessidade de Tratamento de Dados Pessoais, de forma a realizá-lo apenas quando não for possível alcançar seus objetivos sem processamento de DP, ainda assim, aplicando ao referido tratamento todos os princípios de Tratamento de Dados Pessoais previstos pela LGPD.

Este procedimento atende ao princípio de “subsidiariedade”, como boa prática de avaliação da necessidade do tratamento, antes de realizá-lo.

ESCOPOS DA ADVOCACIA BELLINATI PEREZ

O escopo de SGSI e SGPI determinado para a ADVOCACIA BELLINATI PEREZ inclui os seguintes aspectos:

- **Limites de aplicabilidade** das normas ISO **27001** e **27701**, no contexto de prestadores de serviços e controladores de dados pessoais dos colaboradores, e operadores dos clientes dos clientes.
- **Ativos de informação:**
Os ativos de informação da Bellinati Perez, são principalmente os dados que trata, sendo o cumprimento das obrigações legais impostas pela lei, na qual inclui o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis de forma segura e transparente.
- **Ameaças e vulnerabilidades:**
As ameaças e vulnerabilidades que podem afetar os ativos de informação da empresa.
- **Controles de segurança:**
Os controles de segurança implementados para mitigar os riscos identificados.
- **Processos de segurança:**
Os processos de segurança implementados para gerenciar a segurança da informação.

Ao determinar o escopo de SGSI e SGPI, a ADVOCACIA BELLINATI PEREZ considera as seguintes questões internas e externas:

Questões internas:

- **Objetivos da empresa:**
Os objetivos da empresa é o ponto de partida para a determinação do escopo de SGSI e SGPI. Os controles de segurança devem ser implementados para proteger os ativos de informação que são essenciais para a realização dos objetivos da empresa.
- **Ambiente de negócios:**
O ambiente de negócios da empresa é considerado ao determinar o escopo de SGSI e SGPI. As mudanças no ambiente de negócios, como a adoção de novas tecnologias ou o aumento da concorrência, podem criar novos riscos que devem ser considerados.
- **Capacidades da empresa:**
As capacidades da empresa é considerada ao determinar o escopo de SGSI e SGPI. Os controles de segurança devem ser implementáveis e sustentáveis dentro das capacidades da empresa.

Questões externas:

- **Regulamentação:**
A empresa deve estar em conformidade com os regulamentos de segurança da informação aplicáveis.
- **Políticas e diretrizes:**
A empresa deve considerar suas políticas e diretrizes internas ao determinar o escopo de SGSI e SGPI.
- **Requisitos das partes interessadas:**
A empresa deve considerar os requisitos das partes interessadas, como clientes, parceiros e funcionários.

Ao considerar essas questões, a ADVOCACIA BELLINATI PEREZ garante que o escopo de SGSI e SGPI seja adequado para proteger seus ativos de informação e alcançar seus objetivos.

Além das questões internas e externas, o escopo de SGSI e SGPI considera ainda os requisitos das **partes interessadas relevantes**. As partes interessadas relevantes que incluem: clientes, parceiros, funcionários, acionistas e reguladores.

Ao considerar os requisitos das partes interessadas, a ADVOCACIA BELLINATI PEREZ garante que SGSI e SGPI atendam às necessidades de todos os stakeholders.

Como a ADVOCACIA BELLINATI PEREZ determina o escopo de SGSI e SGPI:

- **Realiza análise de riscos:**
A análise de riscos é uma ferramenta essencial para determinar o escopo de SGSI e SGPI.
A análise de riscos ajuda a identificar os ativos de informação que são mais críticos para a empresa e as ameaças e vulnerabilidades que podem afetá-los.
- **Conversa com as partes interessadas:**
As partes interessadas podem fornecer insights valiosos sobre os riscos e requisitos que devem ser considerados ao determinar o escopo de SGSI e SGPI.
- **Documenta o escopo:**
O escopo de SGSI e SGPI é documentado para garantir que todos os stakeholders tenham uma compreensão clara do que está incluído.

Esta Política de Privacidade de Dados poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa.

3 . Direitos do titular de dados pessoais

A Advocacia Bellinati Perez habilita meios necessários para atender ao direito de informação e para obtenção de consentimento nos casos necessários garantindo a legalidade do processamento de dados pessoais. No momento da obtenção ou coleta das informações, a Advocacia Bellinati Perez compromete-se a informar as pessoas envolvidas a identidade do Controlador, a finalidade, as possíveis comunicações ou transferências, e a possibilidade de exercer os direitos estabelecidos na LGPD.

Reconhece e garante a possibilidade de exercício dos direitos de acesso, retificação, cancelamento, oposição, limitação do tratamento e portabilidade, ou seja, a Advocacia Bellinati Perez se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em respeito aos princípios nela previstos, sendo que os dados pessoais dos titulares serão:

- ✓ processados de forma lícita, leal e transparente;
- ✓ coletados apenas para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- ✓ coletados de forma adequada, pertinente e limitada às necessidades do objetivo para os quais eles são processados;
- ✓ exatos e atualizados sempre que necessário, de maneira que os dados inexatos sejam apagados ou retificados quando possível;
- ✓ conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- ✓ tratados de forma segura, protegidos do tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas;

Os titulares de dados pessoais em suas relações com a Advocacia Bellinati Perez, seja por uso do site ou aplicativo, bem como todas as demais situações que possam advir desta relação, em algum tipo de tratamento de seus dados pessoais, possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais:

- ✓ Direito de confirmação e acesso: o titular de dados pessoais pode obter a confirmação de que seus dados pessoais são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais;
- ✓ Direito de retificação: é o direito do titular de dados pessoais de obter da Advocacia Bellinati Perez, sem demora injustificada, a retificação dos dados pessoais inexatos que lhe digam respeito;
- ✓ Direito à eliminação dos dados (direito ao esquecimento): é o direito do titular de dados pessoais de ter seus dados apagados, do banco de dados, do site ou aplicativo quando desnecessários ou não atenderem uma obrigação legal ou contratual de guarda;
- ✓ Direito à limitação do tratamento dos dados: é o direito do titular de dados pessoais de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo obtê-la quando contesta a exatidão dos dados, quando o tratamento for ilícito, quando o site ou aplicativo não precisar mais dos dados para as finalidades propostas e quando tiver se oposto ao tratamento dos dados e em caso de tratamento de dados desnecessários;
- ✓ Direito de portabilidade dos dados: é o direito do titular de dados pessoais de receber os dados pessoais que lhe digam respeito (por exemplo: que tenha fornecido ao site ou aplicativo), num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro site ou aplicativo;

- ✓ Direito de não ser submetido a decisões automatizadas: é o direito do titular de dados pessoais de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar.

O titular de dados pessoais poderá exercer os seus direitos por meio de comunicação formalizada e escrita enviada ao Encarregado de Dados (DPO), através do contato: **dpo@bellinatiperez.com.br**.

Para tanto, o titular deverá especificar explicitamente no corpo do e-mail:

- ✓ Nome completo ou razão social, número do CPF (Cadastro de Pessoas Físicas, da Receita federal do Brasil) ou CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, da Receita Federal do Brasil) do titular e, se for o caso, do seu representante legal;
- ✓ Direito que deseja exercer junto ao site;
- ✓ Data do pedido e assinatura do titular de dados pessoais;
- ✓ Todo documento que possa demonstrar ou justificar o exercício de seu direito.

O titular de dados pessoais será informado, sobre o seu exercício de direito, no prazo previsto legalmente.

4 . Dever de não fornecer dados de terceiros

Durante a utilização do site ou aplicativo, ou durante qualquer relação com o a Advocacia Bellinati Perez, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o titular de dados pessoais deverá fornecer somente seus dados pessoais, e não dados de terceiros, salvo de seus representados legais.

5 . Coleta de Dados Pessoais

Na Advocacia Bellinati Perez temos um alto compromisso com a segurança das informações e com o cumprimento dos requisitos legais. Nesse sentido, para garantir a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações, em particular os dados pessoais, sistemas, redes, aplicações e bases de dados utilizados para o seu tratamento, físicas ou virtuais são protegidas com a melhor medida técnica e organizacional possível.

Desenvolvemos regularmente avaliações dos riscos associados à segurança da informação e à proteção de dados pessoais, analisando a situação frente aos riscos e definindo planos de ação em conformidade com a legislação vigente.

Definimos nesta Política de Proteção de Dados de cumprimento obrigatório para as partes envolvidas no tratamento dos dados pessoais, estabelecendo diretrizes para uniformizar o tratamento de dados pessoais nos processos da Advocacia Bellinati Perez, visando a privacidade dos dados pessoais, sua integridade, disponibilidade, confidencialidade e visando disseminar a cultura de segurança dos dados pessoais em consonância com os princípios da LGPD de finalidade, necessidade, transparência, adequação, livre acesso, qualidade dos dados, segurança e prevenção.

Desenvolvemos procedimentos de controle de acesso, segurança de sistemas e comunicações, gestão de incidentes, violações de segurança e procedimentos de suporte à informação, bem como desenvolvemos ações de sensibilização e formação necessárias para garantir o cumprimento dessa política e procedimentos.

Destarte, as informações pessoais referem-se a qualquer informação relacionada a uma pessoa física natural identificada ou identificável. Uma pessoa natural identificável é aquela que pode ser identificada, direta ou indiretamente, em particular com referência a um elemento de identificação, seja um nome, número de identificação, dados de localização, e-mail pessoal, contato de WhatsApp, identificação online ou um ou mais fatores específicos da identidade física, psicológica, genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa.

Como operadores de dados recebemos e tratamos dados pessoais em nome dos controladores, respeitando as previsões contratuais e legais, que podem variar desde realizar a negociação de ativos devidos em contraprestação pelos Serviços contratados com nosso cliente controlador e, quando necessário. Assim sendo, os dados pessoais que a Advocacia Bellinati Perez trata, visa atender aos propósitos operacionais e comerciais, se restringindo ao necessário para o desenvolvimento adequado dos serviços oferecidos.

Como controladores coletamos, armazenamos e processamos as informações e, em particular, dados pessoais necessários para cumprimento legal/contratual e para a exata prestação de nossos serviços.

Outrossim, em atendimento as legislações e regulamentos nacionais a Advocacia Bellinati Perez, em casos específicos, necessita compartilhar informações e dados pessoais que tratam com autoridades judiciais, policiais ou governamentais ou outros terceiros com quem a Advocacia Bellinati Perez seja obrigado por lei, norma regulatória ou ordem judicial a compartilhar os Dados, ou terceiros comprometidos contratualmente em manter a confidencialidade, sigilo e a segurança dos dados.

Os dados pessoais, coletados pelo site ou aplicativo têm por finalidade facilitar, agilizar e cumprir os compromissos estabelecidos com o titular de dados pessoais e a fazer cumprir as solicitações realizadas por meio do preenchimento de formulários.

Os dados pessoais poderão ser utilizados também com uma finalidade comercial, para personalizar o conteúdo oferecido ao titular de dados pessoais, bem como para dar subsídio ao site ou aplicativo para a melhora da qualidade e funcionamento de seus serviços.

Os dados de cadastro serão utilizados para permitir o acesso do titular de dados pessoais a determinados conteúdos do site ou aplicativo, exclusivos para titular de dados pessoais cadastrados.

A coleta de dados relacionados ou necessários à execução de um contrato ou de prestação de serviços eventualmente firmado com o titular de dados pessoais terá a finalidade de conferir às partes segurança jurídica, além de facilitar e viabilizar a conclusão do negócio.

O tratamento de dados pessoais para finalidades não previstas nesta Política de Privacidade somente ocorrerá mediante comunicação prévia ao titular de dados pessoais ou seu representante legal, sendo que, em qualquer caso, os direitos e obrigações aqui previstos permanecerão aplicáveis.

5.1 Tipos de dados coletados

5.1.1 Dados de identificação do titular de dados pessoais para realização de cadastro

A utilização, pelo titular de dados pessoais, de determinadas funcionalidades do site ou aplicativo dependerá de cadastro, sendo que, nestes casos, os **seguintes dados do titular de dados pessoais** serão coletados e armazenados:

- ✓ CPF;
- ✓ CNPJ;
- ✓ Nome;
- ✓ E-mail;
- ✓ Telefone/Celular;
- ✓ Endereço;
- ✓ Dados de currículo;
- ✓ Dados de Contratos;

5.1.2 Dados informados no formulário de contato

Os dados eventualmente informados pelo titular de dados pessoais que utilizar os formulários de contato disponibilizado no site ou aplicativo, incluindo o teor da mensagem enviada, serão coletados e armazenados de forma segura e pelo tempo previsto legal ou contratualmente.

5.1.3 Dados relacionados à execução de contratos firmados com o titular de dados pessoais

Para as tratativas de negociação ou prestação de serviços, eventualmente firmado com os titulares de dados pessoais, no site ou aplicativo, poderão ser coletados e armazenados outros dados relacionados ou necessários a sua execução, incluindo o teor de eventuais comunicações tidas com o titular de dados pessoais através do chat.

5.1.4 Registros de acesso

Em atendimento às disposições do art. 15, caput e parágrafos, da Lei Federal n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), os registros de acesso do titular de dados pessoais serão coletados e armazenados, enquanto o término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- I – Verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- II – Fim do período de tratamento;
- III – Comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público; ou
- IV – Determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto nesta Lei.

5.1.5 Dados sensíveis

Com base no artigo 11 da LGPD, o tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
- c) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem); g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer tratamento de dados pessoais que revele dados pessoais sensíveis e que possa causar dano ao titular, ressalvado o disposto em legislação específica.

§ 2º Nos casos de aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso II do caput deste artigo pelos órgãos e pelas entidades públicas, será dada publicidade à referida dispensa de consentimento, nos termos do inciso

I do caput do art. 23 desta Lei.

I - portabilidade de dados quando consentido pelo titular;

II - a portabilidade de dados quando solicitada pelo titular;

III - as transações financeiras e administrativas resultantes do uso e da prestação dos serviços de que trata este parágrafo.

Destarte a Advocacia Bellinati Perez pode, em algum momento, tratar dados pessoais sensíveis, desde que atenda ao previsto legal supracitado.

5.2 Fundamento jurídico para o tratamento dos dados pessoais

O Art. 7º da LGPD estabelece claramente a base jurídica sob a qual os DP podem ser tratados.

A tabela abaixo representa o resumo das hipóteses de tratamento.

I	- Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular
II	- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador
III	- Pela administração pública, ...
IV	- Para a realização de estudos por órgão de pesquisa ...
V	- Execução de contrato ou de procedimentos ...relacionados a contrato do qual seja parte o titular...
VI	- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral...
VII	- Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro
VIII	- Para a tutela da saúde...
IX	- Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros.
X	- Para a proteção do crédito...

Tabela 1 – Hipóteses para Tratamento de Dados Pessoais

Reafirmando, e exemplificando o ponto das hipóteses de tratamento.

O tratamento de dados pessoais sem o consentimento do titular de dados pessoais apenas será realizado em razão de interesse legítimo ou para as hipóteses previstas em lei, ou seja, dentro outras, as seguintes:

- ✓ Cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- ✓ Execução de contrato ou de procedimento preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular de dados pessoais, a pedido do titular dos dados;
- ✓ Exercício regular de direito em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- ✓ Proteção da vida ou da incolumidade física do titular dos dados ou de terceiros;
- ✓ Atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a proteção dos dados pessoais;
- ✓ Proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Apenas o Agente Controlador toma decisões sobre a hipótese de Tratamento de Dados Pessoais.

Assim sendo, como Agente Operadora, não há decisões a serem tomadas quanto à base legal, porém, o referido tratamento somente será realizado pela Advocacia Bellinati Perez mediante prévio contrato estabelecido e firmado entre os Agentes de Tratamento, com instruções específicas, conforme previsto nesta política.

Ao utilizar os serviços do site ou aplicativo, o titular de dados pessoais está consentindo com a presente Política de Privacidade.

O titular de dados pessoais tem o direito de retirar seu consentimento a qualquer momento, não comprometendo a licitude do tratamento de seus dados pessoais antes da retirada. A retirada do consentimento poderá ser feita pelo e-mail: dpo@bellinatiperez.com.br.

O consentimento dos relativamente ou absolutamente incapazes, especialmente de menores de 18 (dezoito) anos, apenas poderá ser firmado se devidamente assistidos por um dos pais ou responsável legal.

5.3 Contrato com Operadores de Dados Pessoais

A Advocacia Bellinati Perez observa a Privacidade e Proteção de Dados para com seus clientes e demais Titulares de Dados ao celebrar com Operadores de DP e seus subcontratados, também Operadores, contratos que contenham minimamente:

- i) A natureza e a finalidade do tratamento;
- ii) A duração do tratamento;
- iii) Os tipos de dados pessoais envolvidos;
- iv) Direitos e obrigações das partes envolvidas, inclusive gerenciamento de responsabilidades em relação à eventuais danos por decorrência de incidentes.

Os contratos também incluem termos que afirmam que:

- i. O Operador só deve agir nas instruções documentadas do Controlador, a menos que seja exigido por lei para agir sem tais instruções;
- ii. O Operador deve garantir que as pessoas que processam os dados estejam sujeitas a acordo de não divulgação ou instrumento semelhante que garanta a confidencialidade dos dados pessoais em tratamento;
- iii. O Operador deve tomar as medidas adequadas para garantir a segurança do tratamento dos dados pessoais;
- iv. O Operador só deve envolver um subcontratado (outro Operador) quando estender a ele as mesmas obrigações de confidencialidade e compliance com as quais se comprometeu perante o Controlador;
- v. O Operador deve tomar as medidas adequadas para ajudar o Controlador a responder as solicitações de titulares, para que exerçam seus direitos;
- vi. Levando em conta a natureza do tratamento e as informações disponíveis, o Operador deve auxiliar o Controlador no cumprimento de suas obrigações com a LGPD no Brasil em relação à segurança do tratamento de dados pessoais, à gestão e notificação de incidentes;
- vii. O Operador deve fornecer ao Controlador e este ao Operador, informações e evidências de que ambos estejam cumprindo suas obrigações para com a LGPD, sempre que solicitado.

A Advocacia Bellinati Perez mantém o registro de tais contratos de forma que possam ser identificados sempre que necessário.

5.4 Organização como Agente Operadora – Contrato com Controladores

A Advocacia Bellinati Perez observa a Privacidade e Proteção de Dados enquanto atua como Operadora de DP, auxiliando o Controlador no cumprimento de suas obrigações legais no tocante ao Tratamento de DP de seus Titulares, por contrato celebrado entre as partes, garantindo enquanto Operadora de DP, que:

- Somente processará DP conforme instruções documentadas pelo Controlador, a menos que seja exigido por lei para agir sem tais instruções;
- Informará ao Controlador cliente se, na sua opinião, uma instrução de tratamento viola alguma regulamentação e/ou lei aplicável ao Tratamento de DP pretendido;
- Todos os envolvidos nas atividades de Tratamento de DP terão um Acordo de Não Divulgação (Confidencialidade) assinado, por termo próprio ou através cláusulas contratuais, para garantir a confidencialidade e confiabilidade das ações;
- Não utilizará os DP sob um contrato para marketing e propaganda, sem o estabelecimento de que um consentimento foi obtido do Titular de DP de forma apropriada; tal consentimento não será, em hipótese alguma, uma condição para prestação do serviço;
- Observa e cumpre, especificamente, o Art. 6º da LGPD, que dispõe sobre a boa-fé e princípios para as atividades de Tratamento de DP;
- Somente envolverá um subcontratado (Suboperador) mediante prévia análise do respectivo posicionamento em relação à LGPD, quando possível estender a ele as obrigações de confidencialidade e compliance com as quais se comprometeu perante o Controlador;
- Tomará as medidas adequadas para ajudar o Controlador a responder a solicitações de indivíduos para exercerem seus direitos, quando necessário e aplicável;
- Excluirá ou devolverá todos os DP ao Controlador (por opção do Controlador) no final do contrato, não mantendo cópias, a menos que a lei ou alguma normativa regulatória aplicável exija seu armazenamento;
- e se coloca à disposição do Controlador fornecendo as informações necessárias para garantir que ambos estejam cumprindo suas obrigações para com a LGPD, ressalvado o segredo comercial e industrial.

5.5 Prazo de conservação/retenção e descarte dos dados pessoais

Como regra geral, a Advocacia Bellinati Perez só retem as informações e os dados pessoais pelo tempo necessário e definido em lei ou normativas para dar cumprimento as finalidades definidas no tempo em que os dados foram obtidos. Em geral, uma vez concluída a prestação do serviço, os dados são bloqueados para não se submeterem a qualquer tratamento além de mantê-los disponíveis para os titulares, controladores, Administrações Públicas, Juízes e Tribunais visando atender possíveis responsabilidades decorrentes do tratamento realizado.

Para determinar os períodos de retenção de dados, a Advocacia Bellinati Perez contempla as Leis locais, as obrigações contratuais e as expectativas e requisitos dos titulares. Quando findo prazo de guarda e conservação excluimos ou destruímos com a devida segurança.

5.6 Destinatários e transferência dos dados pessoais

Como regra geral a Advocacia Bellinati Perez apenas comunica dados pessoais a terceiros, ou lhes fornece acesso, nos casos necessários para desenvolver uma prestação adequada do serviço solicitado, para cumprir as obrigações contratuais, jurídicas, fiscais, legais e corporativas, ou para o desenvolvimento de determinados processos ou atividades como operadores de dados e devidamente adequadas ao previsto pela LGPD e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

Os dados pessoais do titular de dados pessoais poderão ser compartilhados com nossos clientes controladores de dados e fornecedores que viabilizam o negócio, sempre mediante contratos de confidencialidade.

A Advocacia Bellinati Perez se compromete a garantir a proteção dos seus dados de acordo com as regras mais rigorosas, por meio de cláusulas contratuais específicas para determinada transferência, cláusulas-padrão contratuais, normas corporativas globais ou certificados digitais e códigos de conduta regularmente emitidos.

6. Do tratamento dos dados pessoais

6.1 Do responsável pelo tratamento dos dados (*data Controller*)

O controlador, responsável pelo tratamento dos dados pessoais do titular de dados pessoais, é a pessoa física ou jurídica, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

A Advocacia Bellinati Perez atua como operador de dados, em nome de cliente Controlador de dados pessoais - que possui vínculo direto com os titulares de dados.

Como controlador de dados pessoais a Advocacia Bellinati Perez se limita aos tratamentos de dados de seus funcionários e por dados coletados diretamente dos titulares dos dados pessoais, seja por meio do site, aplicativo ou outros meios necessários para cumprimento de obrigação legal, contratual ou, através de termo de consentimento dos titulares de dados pessoais.

6.2 Do encarregado de proteção de dados (data protection officer)

O encarregado de proteção de dados (*data protection officer - DPO*) é o profissional indicado pelo controlador de dados pessoais, e suas atividades, nos termos da lei, consistem em aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências; orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Para quaisquer dúvidas referente aos dados pessoais, em que a Advocacia Bellinati Perez atue como controlador de dados, o Encarregado poderá ser contatado pelo e-mail: dpo@bellinatiperez.com.br.

7. Segurança no site da Advocacia Bellinati Perez no tratamento dos dados pessoais do titular de dados pessoais

As mídias disponibilizadas pela Advocacia Bellinati Perez destinam-se a facilitar ao público em geral o conhecimento das atividades que realiza, produtos e serviços que presta, bem como para possibilitar a contratação de determinados serviços.

O uso do site implica a aceitação expressa e plena das condições aqui estabelecidas, sem prejuízo daqueles detalhes que podem se aplicar a alguns dos serviços específicos oferecidos por meio do site.

Com objetivo de manter as informações, publicadas nos portais, atualizadas, os conteúdos podem ser modificados, corrigidos, excluídos ou aditados a qualquer momento, razão pela qual será conveniente verificar sua validade e precisão em fontes oficiais. Da mesma forma, essa política de privacidade poderá se sujeitar a alterações, correções ou modificações, a fim de mantê-la adequada às necessidades da organização, bem como as legislações vigentes.

a. Responsabilidade pela operação do site

A Advocacia Bellinati Perez não pode garantir a ausência de erros no acesso aos serviços web ou ao seu conteúdo, embora a desenvolva os mecanismos necessários para reduzir esses cenários e corrigi-los e atualizá-los o mais rápido possível.

Da mesma forma, a Advocacia Bellinati Perez não pode ser responsabilizada por quaisquer erros, interferências ou interrupções do serviço que possam surgir de causas como vírus de computador, avarias de telefone ou rede, desconexões e outras falhas motivado por causas além do proprietário do site. A Advocacia Bellinati Perez reserva-se o direito de suspender temporariamente o funcionamento dos serviços web, a qualquer momento, sempre que necessário para manutenção, reparação, atualização ou melhoria.

A empresa também se reserva o direito de negar ou retirar o acesso ao portal e/ou aos serviços oferecidos sem aviso prévio, a seu pedido ou de terceiros, aos usuários que não cumpram essas Condições Gerais de Uso. Ainda, a Advocacia Bellinati Perez não é responsável pelos conteúdos que podem ser publicados pelos usuários ou por terceiros através dos fóruns, comentários ou redes sociais associadas ao site, embora sejam fornecidos os meios precisos, para remover este tipo de conteúdo e para garantir o cumprimento da legislação aplicável, bem como o respeito pelos direitos das pessoas afetadas e ordem pública.

Caso os usuários detectem qualquer conteúdo que os afetem a esse respeito, recomenda-se entrar em contato com a Advocacia Bellinati Perez o mais rápido possível, através dos meios fornecidos.

b. Responsabilidade pelos links

Os links contidos em nossos serviços web podem levar a serviços web externos, gerenciados por terceiros, a fim de fornecer ao usuário acesso a informações ou recursos relacionados.

A Advocacia Bellinati Perez não gere, analisa, nem pode ser responsabilizado pelo conteúdo, operação ou informação dos sítios Web com a qual não se mantém qualquer relação.

A Advocacia Bellinati Perez não pode ser responsabilizada por quaisquer danos e preconceitos que possam surgir a partir dessas páginas vinculadas. Da mesma forma, a inclusão dessas conexões externas não implicará qualquer tipo de associação, fusão ou participação com as entidades conectadas.

O site se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do titular de dados pessoais.

O site utiliza certificado SSL (**Secure Socket Layer**) que garante que os dados pessoais se transmitam de forma segura e confiável, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o titular de dados pessoais ocorra de maneira cifrada e encriptada.

No entanto, o site e o aplicativo se eximem de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros, como um caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do titular de dados pessoais, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. O site se compromete, ainda, a comunicar o titular de dados pessoais em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Por fim, o site do Advocacia Bellinati Perez se compromete a tratar os dados pessoais de titulares de dados pessoais com confidencialidade e dentro dos limites legais.

8. Dados de navegação (cookies)

O site da Advocacia Bellinati Perez e seus domínios podem usar cookies (pequenos arquivos de informações que o servidor envia ao computador da pessoa que acessa a página) para o bom funcionamento e visualização dos sites pelo usuário, bem como a coleta de estatísticas. Em particular, os cookies são desde os PHP, em especial PHPSESSID, que é o identificador único de sessão e não coleta dados, até os fornecidos por terceiros como o *Google Analytics* (ferramenta de terceiro e com padrões próprios).

Também podemos vir a utilizar cookies adicionais para analisar o tráfego em nosso site e os padrões de acesso dos nossos usuários, que nos ajudam a melhorar a experiência e o aproveitamento do site.

Além disso, outros mecanismos como ferramentas de busca (exemplo, Google, Bing e similares) e redes sociais (exemplo, Facebook, Instagram ou similares) podem fornecer ferramentas no estilo de plug-ins, que se conectam ao site para gerar informações através de cookies e exibir anúncios relacionados.

O fato do usuário ser impactado por anúncios referentes aos mesmos produtos ou serviços, não significa que foi identificado por visitar um website. Na maioria das vezes, essas informações são coletadas de forma anônima, com base no perfil de navegação, sem que sua identidade seja revelada.

Destacamos que o usuário, pode desabilitar esses cookies diretamente nas configurações de seu navegador, mas isso pode afetar a sua experiência em nosso site.

a. Aceitação da política de Cookies

A Advocacia Bellinati Perez exibe informações sobre sua Política de Cookies na parte inferior de todas as páginas do portal a cada login para tomada de ciência. Dadas essas informações, é possível realizar as seguintes ações:

Exemplo:

Ao clicar em "Aceitar Todos os cookies", você concorda com o armazenamento de cookies no seu dispositivo para melhorar a navegação no site, analisar o uso do site e ajudar em nossos esforços em marketing. [Mais informações](#)

Aceitar todos os cookies

Rejeitar

Vale lembrar que aqui fica visível quem o titular autoriza visualizar os seus cookies e para quais finalidades, deixando a opção de escolha para o titular. Uma vez entrando na página web e autorizando, fica salvo e não precisa consentir novamente, salvo se houverem alterações no site, deste modo precisa solicitar novo consentimento.

- ✓ **Aceite dos Cookies:** Este aviso não será exibido novamente ao acessar qualquer página do portal durante esta sessão.
- ✓ **Rejeitar:** Cookies rejeitados.

9. PRINCÍPIOS, DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DE PROTEÇÃO DE DADOS

Finalidade

A Advocacia Bellinati Perez está comprometida com o Tratamento de DP de acordo com suas responsabilidades nos termos da LGPD. O Art. 6º da LGPD estabelece que haja boa-fé no Tratamento de DP e estabelece a observação dos seguintes princípios: Finalidade Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

A Advocacia Bellinati Perez só processa dados para fins coletados e comunicados e não por outros motivos sem o acordo e o conhecimento do Titular de Dados.

Adequação

Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.

A Advocacia Bellinati Perez revisa e documenta os dados em tratamento, tanto como operadora quanto como controladora. Nesta última hipótese, são definidas as bases legais para o processamento.

Necessidade

Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

A Advocacia Bellinati Perez assegura que os dados coletados não sejam excessivos e sejam adequados à finalidade para a qual foram coletados.

Livre Acesso

Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais em processamento.

A Advocacia Bellinati Perez garante aos Titulares de Dados o exercício de seus direitos e liberdades, de forma gratuita, disponibilizando canal de comunicação com a organização, por meio do Encarregado de Dados através do e-mail: dpo@bellinatiperez.com.br

Qualidade dos dados

Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

Os tratamentos realizados pela Advocacia Bellinati Perez seguem o princípio da minimização, que requer que os dados coletados sejam mínimos e apenas necessários ao tratamento proposto, com garantias de sua qualidade e precisão, bem como sua integridade, afinados ao propósito do tratamento.

Transparência

Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

A Advocacia Bellinati Perez garante ao Titular de Dados o fornecimento de informações claras sobre seus dados pessoais e tratamentos associados, através do Fluxo de Atendimento ao Titular de Dados, em procedimento documentado, realizado exclusivamente pelo e-mail: dpo@bellinatiperez.com.br

Segurança

Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

A Advocacia Bellinati Perez, através do Sistema de Gestão de Segurança da Informação, com base na ISO/IEC 27001:2013, observa os controles adicionais à privacidade de dados sugeridos pela ISO/IEC 27701:2019, de forma a conduzir corretamente os Tratamentos de DP e observando também a segurança de todos os ativos relacionados com este processo, reduzindo todos os riscos associados a um nível aceitável pela organização.

Prevenção

Adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do Tratamento de Dados Pessoais.

A organização garante ao Titular de Dados que, através da condução da Gestão de Riscos à Segurança e Privacidade, bem como estabelece medidas preventivas e avaliações necessárias para que seus DP não sejam sujeitos à Violações.

Não discriminação

Impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

A Advocacia Bellinati Perez garante ao Titular de Dados que, seus DP não serão tratados de forma discriminatória e/ou ilícita, tampouco serão cometidos abusos, de modo que será realizado apenas o tratamento proposto. Para isso, coloca-se à disposição dos Titulares de Dados e da ANPD, bem como dos Controladores para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Responsabilização e prestação de contas

Demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

A Advocacia Bellinati Perez através de seu Programa de Privacidade e Proteção de Dados, permite que as boas práticas e governança sejam devidamente aplicadas, conforme previsto na LGPD e aptas a fornecer evidências de compliance.

ADERÊNCIA A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

A organização deve informar aos seus clientes, seus colaboradores e fornecedores, instruindo e apresentando parecer quando necessário, diante um pedido de tratamento de dados, que viola uma regulamentação e/ou legislação aplicável.

A Advocacia Bellinati Perez, tem como seus principais valores, trabalhar dentro dos princípios da ética, da humanização nos relacionamentos; do respeito aos clientes e fornecedores; da valorização das equipes, e, principalmente, no cumprimento às leis, sendo estes os pilares que formam a base sólida de nossos valores, e assim, **sua permanente aderência a legislação vigente, não será superada a quaisquer pedidos de clientes, controladores de dados, colaboradores, fornecedores ou agentes públicos.**

DIVULGAÇÃO/PUBLICIDADE

a. E-mails

O endereço de e-mail e o nome dos titulares de dados pessoais em nosso banco de dados é importante para que possamos nos comunicar frente aos assuntos decorrentes das atividades desenvolvidas. É por este motivo que armazenamos essas informações em nosso banco de dados interno.

b. SMS e WhatsApp

Também utilizamos os canais SMS e WhatsApp, como uma forma de comunicação para o qual nos dá seu consentimento expresso, livre e informado de forma individual.

As finalidades dos consentimentos vão desde:

- Receber mensagens por WhatsApp, como informações referentes a Negociação de Débitos.
- Consentir que a Organização trate seus dados pessoais, por WhatsApp, para os fins de melhor prestação dos serviços;
- Envio de comunicações, por WhatsApp, referentes a Negociação de Débitos.

A qualquer momento esses consentimentos podem ser cancelados.

O cancelamento acontece também por e-mail enviando um comunicado sobre o desejo de cancelamento para dpo@bellinatiperez.com.br

c. Confidencialidade

Os dados coletados por quaisquer meios de cadastro ficam armazenados no banco interno do GRUPO BP, disponíveis para os nossos colaboradores/parceiros (comprometidos com o sigilo e confidencialidade) para melhor atender aos titulares dos dados pessoais.

Cada comunicação que recebemos é confidencial e tratamos isso com muita seriedade e compromisso.

d. Mensagens não solicitadas

Caso acredite que esteja recebendo mensagens que não solicitou, solicitamos ao titular dos dados pessoais que encaminhe um relato para o e-mail do Encarregado da Bellinati Perez, dpo@bellinatiperez.com.br, que retornará dentro dos prazos previstos legalmente.

10. Da Revisão e Atualização

A responsabilidade sobre a revisão, atualização e aprovação prévia das mudanças desta política é do DPO. A aprovação final deve ser realizada pela diretoria executiva da Bellinati Perez. A revisão deverá ocorrer em um prazo máximo de 12 meses a partir da aprovação da última versão.

As normas devem ser aprovadas pelo DPO e revisadas em um prazo máximo de 12 meses, enquanto os procedimentos devem ser aprovados pelas Diretorias das áreas envolvidas e revisadas em um prazo máximo de 12 meses.

11. Do Direito Aplicável e do Foro

Para a solução das controvérsias decorrentes do presente instrumento, será aplicado integralmente o Direito brasileiro.

Os eventuais litígios deverão ser apresentados no foro da comarca em que se encontra a sede do editor do site.

12. Controle de Versões

Versão	Responsável	Data	Histórico de Atualizações
1.0	DPO	30/09/2020	Proposição do documento
2.0	DPO	21/10/2020	Atualização de conteúdo
3.0	DPO	28/11/2021	Revisão e adequação de termos
3.1	DPO	08/12/2022	Revisão e adequação de termos
3.2	DPO	08/12/2023	Revisão, correção de responsabilidades e adequação de termos

13. Aprovações

	Responsáveis	Áreas	Data
VALIDADO POR:	Paulo H Ferreira	Diretoria Executiva	08/12/2023
VALIDADO POR:	Rosiane Martinez	Segurança da Informação	08/12/2023

Elaborador por: Pio Carlos Freiria Junior
Cargo: DPO
DATA: 08 dezembro de 2023
Analisado e Aprovado por: Flaviano Bellinati Garcia Perez
Cargo: Presidente
Analisado e Aprovado por: Cristiane Belinati Garcia Lopes
Cargo: Vice-presidente

14. Controle de Comunicação

TIPO DE COMUNICAÇÃO	O QUE COMUNICAR? (Assunto/Tema/ Requisito)	QUANDO COMUNICAR? (Periodicidade)	COM QUEM SE COMUNICAR? (Partes Interessadas)	COMO COMUNICAR? (Meio de Comunicação)	QUEM IRÁ COMUNICAR (Responsável)
Termo de Resp. e Confidencialidade	Relação de termos	A cada 3 meses	DPO	E-mail, Sharepoint	Marketing